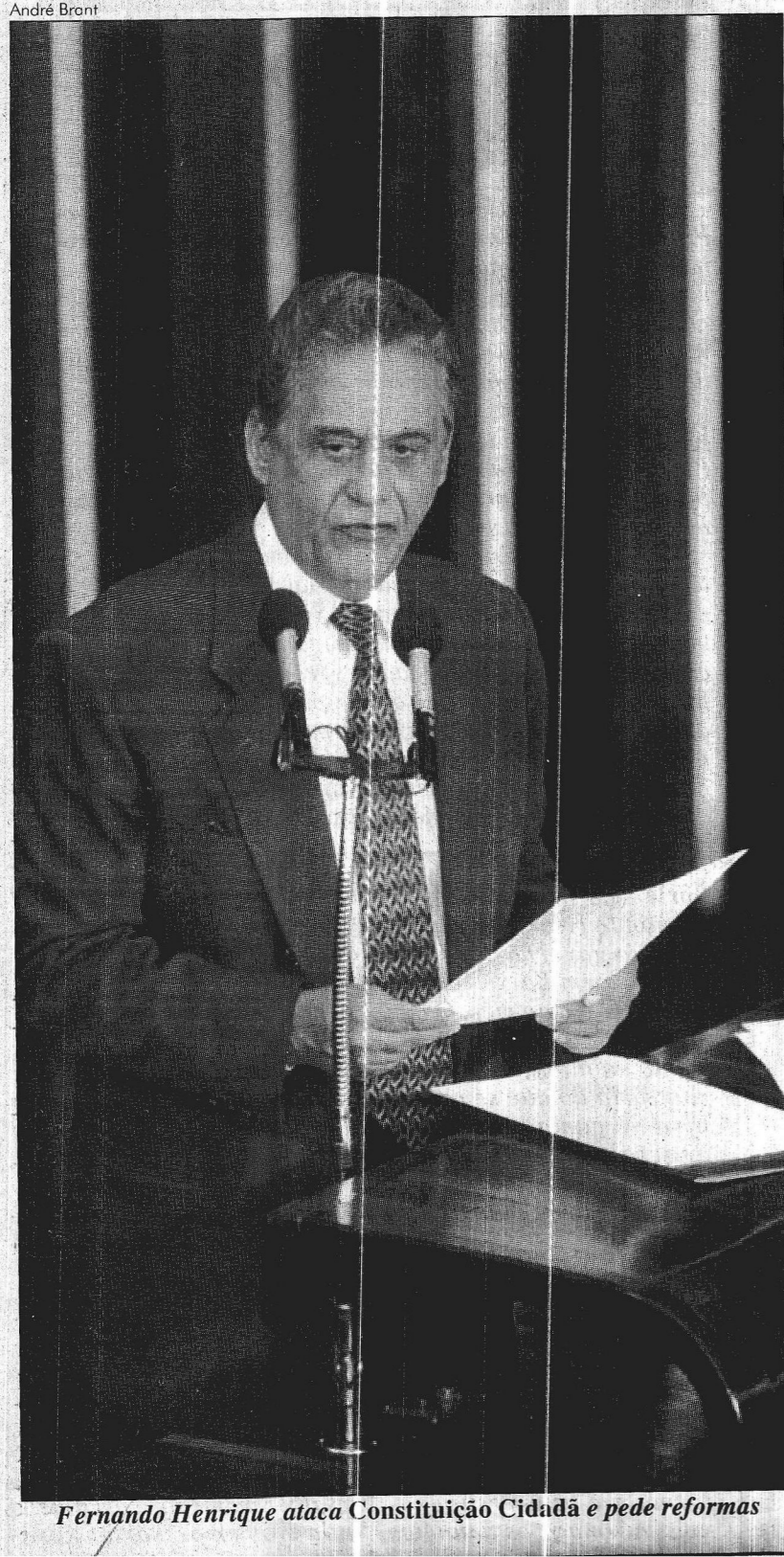


Fernando Henrique traça roteiro...

...das mudanças ao deixar o Senado



Fernando Henrique ataca Constituição Cidadã e pede reformas

Ricardo Lessa e Vanda Célia

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, transformou seu discurso de despedida ontem no Senado em apresentação do programa de reformas de governo.

Durante uma hora e meia, ele anunciou ponto por ponto as reformas que pretende fazer e pediu a ajuda dos parlamentares para realizá-las.

Os objetivos principais do presidente eleito são uma reforma constitucional e tributária, a abertura da economia e uma nova relação estado-mercado.

Com duras críticas ao corporativismo, ele defendeu a atração do capital estrangeiro, a desmontagem dos cartórios, a flexibilização dos monopólios e a mudança do sistema de aposentadoria.

Neologismo - Fernando Henrique leu a maior parte de seu discurso, escrito em 15 páginas, mas introduziu *cacos* e explicações de improviso quando julgou necessário.

Para caracterizar a situação do país, usou um super-superlativo "dificílimissima", para em seguida restaurar a esperança: "o maior risco que corremos hoje no Brasil é o risco do sucesso".

O presidente eleito destacou uma sucessão de fatos positivos — a vitória sobre a inflação, a retomada do crescimento, as eleições, até mesmo a conquista do tetratetra — como responsável pelo momento de "desafogo e autoconfiança".

Segundo ele, "isto em si é ótimo". Mas advertiu que o perigo é baixar a guarda diante dos problemas, que não são pequenos.

Os principais são o quadro social, a necessidade de garantir o Plano Real e o crescimento econômico. "O povo, que hoje ensaia uma reconciliação com o poder, será duro conosco amanhã, se sofrer mais uma desilusão".



Homenagem - O presidente Itamar Franco mereceu as maiores homenagens: "Guiado pelo radar da intuição do estadista, Sua Excelência conseguiu salvar do naufrágio aquilo que merecia ser salvo", afirmou, referindo-se à herança do governo Fernando Collor.

O período do ex-presidente Collor foi caracterizado por Fernando Henrique como "atabalhoado", e imerso numa "corte de desatinos".

O presidente eleito lembrou também Ulysses Guimarães, como um dos homenageados em seu discurso de estréia no Senado, mas dedicou as mais duras críticas à *Constituição Cidadã* de 1988.

Aliás, neste capítulo o novo presidente falou buscando a cumplicidade do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP). Lembrou que foi constituinte, e respon-

sável pelo texto constitucional que agora precisa reformar.

Consumo - "Nada como a experiência, a gente aprende", comentou. Sarney assentiu, de longe, com um sorriso leve.

Fernando Henrique reafirmou a necessidade de continuação do Plano de Estabilização e não esqueceu de responder às críticas de campanha, que acusaram o Plano Real de recessivo.

"Todos os índices mostram o crescimento do consumo das classes mais pobres. Este ano importamos mais 1 bilhão de toneladas de trigo do que no ano passado", exemplificou.

Firme na denúncia dos problemas sociais, o presidente eleito reafirmou a fé democrática — "o autoritarismo é uma página virada" — mas disse que é preciso fazer um acerto de contas com o passado para livrar a população do legado da *Era Vargas*, como modelo de desenvolvimento autárquico e estado intervencionista.

O DESAFIO DA MODERNIDADE

SISTEMA ELEITORAL — "A agenda de modernização do país, tal como a entendo, passa obrigatoriamente por outros temas constitucionais: os direitos e obrigações dos servidores públicos; as relações de trabalho e a organização sindical; a organização do poder judiciário. A propósito, tramita no Senado um projeto de lei de minha autoria que busca compatibilizar o princípio constitucional da proporcionalidade com a introdução do voto distrital nas eleições para deputado, em liras semelhantes às do sistema misto alemão."

REFORMA CONSTITUCIONAL — "Eu veria com bons olhos fórmulas que permitissem ao congresso acelerar a tramitação das emendas. Desde que isto não leve, porém, a uma controvérsia paralisante sobre os procedimentos, em prejuízo dos possíveis consensos sobre o teor das propostas. Insisto que o Brasil tem pressa e tem prazo certo para encaminhar as mudanças. O detalhismo da carta de 88 teve o efeito indesejado de despoliticizar questões e tribunalizar decisões. Matérias mais próprias de lei ordinárias."

"A modernização passa pela reforma política. Notadamente a do sistema eleitoral".

CONTINUIDADE — "O Brasil tem pressa, não de resultados milagrosos, mas de sentir que tem rumo certo e que dá passos nesse rumo. Cabe a nós, ao futuro presidente e à maioria do Congresso, sinalizar esse rumo e tomar as medidas consequentes, sem atropelo mas com decisão. Eu sempre disse que a estabilização da economia era um processo de ações continuadas. Nada a ver com derrybar a inflação "com um tiro só". E assim também que encaro a agenda de reformas estruturais do país. O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade."

REFORMA FISCAL E DA PREVIDÊNCIA

TRIBUTOS — "Proponho que reexaminemos de onde paramos na revisão constitucional. Pela remoção, da Carta de 88, dos nós que atam o Estado brasileiro à herança do velho modelo, e de algumas impropriedades que nós, constituintes, acrescentamos por nossa conta. O roteiro para a correção dessas distorções passa pelos dispositivos sobre o sistema tributário, a divisão de competências entre União, Estados e Municípios, o orçamento federal e a seguridade. Será indispensável diminuir a carga sobre o investimento produtivo."

"O regime fiscal da Constituição de 88 é economicamente ineficiente".

PREVIDÊNCIA — "Será indispensável mudar os critérios de aposentadoria para uma fórmula que combine tempo de serviço com idade mínima. Aposentadorias duplicadas ou precoces têm feito com que a despesa com inativos da União absorva parcela crescente da despesa total de pessoal. Isso, aliás, explica em grande medida o paradoxo de que a despesa com pessoal aumenta enquanto o salário da maioria dos servidores ativos permanece baixo. A reforma deve-se completar com a instauração de um sistema universal de previdência pública."

CORPORATIVISMO — Hoje os órgãos encarregados de controlar as empresas estatais são controlados por elas. Na verdade as estatais e suas agências "controladoras" movem-se numa zona cinzenta, onde nem bem vigora a lógica da boa gestão empresarial, nem bem a lógica do interesse público. Ambas acabam atropeladas por ingerências políticas indevidas, por concessões espúrias a interesses privados, pelas "conquistas" corporativas. É preciso separar estes dois campos para reforçar a ambos - a autoridade pública e as empresas."

EXPORTAÇÃO — "Exportar mais para importar mais: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a modernização e a expansão da indústria, da agricultura e dos serviços domésticos. Importar bens de consumo, sim, mantendo uma proteção tarifária moderada, para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram para o conjunto da sociedade."

PRIVATIZAÇÃO — "O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulamentador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva. O processo de privatização deve ser acelerado e estendido a outras atividades e empresas dos setores de energia, transportes, telecomunicações e mineração."

"O dólar não deve voltar mais a funcionar como um índice de preços."

INVESTIMENTOS — Mantidos os critérios essenciais de transparência e valorização do patrimônio público, o próprio conceito de privatização deve ser ampliado. O Brasil terá que investir R\$ 20 bilhões nos próximos quatro anos, para que não surjam "gargalos" na oferta de energia, transportes e telecomunicações. Como herança da indisciplina fiscal dos últimos anos, pesam sobre o Tesouro Federal passivos de mais de R\$ 200 bilhões."

O PAPEL DO CAPITAL ESTRANGEIRO

RESTRIÇÕES — A Constituição de 88 andou na contramão da História em relação ao capital estrangeiro. Enquanto no mundo inteiro, inclusive no mundo socialista, os governos tratavam de atraí-lo como um importante fator de desenvolvimento, nós impusemos restrições sem precedentes à sua presença na economia brasileira. Por ironia da História, a crítica a essa visão generalizou-se rapidamente a partir da promulgação da nova Carta. Acredito que o momento amadureceu para acabar com as restrições descabidas.

"Defendo a flexibilidade dos monopólios estatais".

MONOPÓLIO — "A mesma visão que inspirou a discriminação do capital estrangeiro levou a inscrever na Constituição o princípio do monopólio estatal do petróleo, que vigorava com base em lei ordinária desde 1954, e estendê-lo às telecomunicações e aos serviços locais de gás canalizado. Justificado em nome dos "interesses estratégicos" do país, como se a exploração privada fosse uma porta aberta a objetivos antinacionais, o monopólio estatal corre outro risco: o de ser um guarda-chuva de privilégios corporativistas."

VITALIDADE — "Trata-se de levar adiante a abertura da economia brasileira — incluindo, no que couber, os setores financeiro e de serviços — e sua integração ao mercado mundial. Em 1990, quando a abertura comercial ganhou velocidade, não faltou quem previsse a quebra da indústria nacional. Em vez disso, o que se tem visto são provas de vitalidade de nosso parque industrial. Um bom indicador desse dinamismo são as quase 500 empresas brasileiras do certificado de qualidade internacional ISO 9000. Mas o indicador crucial é, obviamente, o desempenho de nossas exportações."